



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

### Interpeção Escrita

Com vista a assegurar a ordem pública e a segurança, nomeadamente, prevenir a prática de crimes e auxiliar a investigação criminal, a Assembleia Legislativa aprovou, em Fevereiro de 2012, o “Regime jurídico da videovigilância em espaços públicos”, o que significa que a instalação do sistema de videovigilância (as câmaras) já está expressamente regulamentada por lei.

Segundo a resposta à minha intervenção escrita apresentada em 2012, a fim de concretizar eficazmente o plano do sistema de videovigilância em espaços públicos, foi criado um grupo de trabalho interdepartamental composto pelos Serviços de Polícia Unitários (SPU), Polícia de Segurança Pública (PSP), Polícia Judiciária (PJ), Direcção dos Serviços das Forças de Segurança de Macau (DSFSM) e Gabinete para o Desenvolvimento de Infra-estruturas, grupo esse que é responsável pelos trabalhos de concretização daquele plano, que divide a instalação das câmaras em três fases: a primeira nos arredores dos postos fronteiriços, a segunda nas principais vias públicas e terceira nos principais pontos “negros” de segurança. E com as mudanças sociais entretanto registadas, o número de câmaras a instalar passou de 429 para 820.

Há dias, o Comandante da PSP, Ma lo Kun, afirmou que à medida que as vias e o ambiente de Macau se alteram, algumas câmaras têm de ser instaladas noutros locais e que as autoridades vão tentar acelerar os respectivos trabalhos; acrescentou ainda que os dados relativos à instalação das câmaras já foram enviados para o Gabinete para o Desenvolvimento de Infra-estruturas, e que assim que estejam concluídas as tarefas de avaliação,



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

inicia-se o respectivo processo de concurso. Ainda segundo aquele responsável, vai ser criado um centro de controlo provisório, que se situará no 5.º andar do edifício da PSP. Ainda não sabemos quando é que vai ter início o respectivo plano, mas conseguimos perceber porque é que os residentes estão sempre a questionar a baixa eficácia dos serviços públicos do Governo da RAEM.

Pelo exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Para concretizar a instalação das referidas câmaras, o Governo criou o referido grupo interdepartamental para acompanhar o assunto mas, infelizmente, o plano está sempre a arrastar-se. O Governo já pensou sobre quais são as razões que estão a levar ao arrastamento dos respectivos trabalhos? Porque é que a eficácia do tal grupo interdepartamental é tão baixa? Algum serviço público vai ter de assumir responsabilidades?
2. Tendo em conta o ritmo de andamento dos trabalhos, quando é que vai ter início a instalação das câmaras prevista para as primeiras três fases? Quando é que vão entrar em funcionamento?
3. É baixa a eficácia da instalação das referidas câmaras, portanto, o Governo deve acelerar o plano (as primeiras três fases) e evitar que estas demoras se repitam aquando da instalação das câmaras prevista para as quarta e quinta fases, ou seja, nos novos aterros urbanos e nas faixas para peões. De que medidas dispõe para o efeito?

14 de Novembro de 2014

A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM

Kwan Tsui Hang